

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

BELLODI, Anselmo Paulo. Anselmo Paulo Bellodi (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 15min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO (EESP/FGV) e FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Anselmo Paulo Bellodi  
(depoimento, 2011)**

Rio de Janeiro

2020

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Ana Carolina Bichoffe; Mário Grynszpan;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Ana Carolina Bichoffe;

**Técnico de gravação:** Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Fernando Henrique Neves Herculiani; Marco Dreer Buarque;

**Local:** São José do Rio Preto - SP - Brasil;

**Data:** 23/11/2011

**Duração:** 2h 15min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Trajetória e pensamento das elites do agronegócio”, desenvolvido entre setembro de 2011 e dezembro de 2012, com financiamento da presidência da Fundação Getúlio Vargas. O projeto tem como objetivos a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e, eventualmente, servirá como fonte para a publicação de um livro.

**Temas:** Agricultura; Agropecuária; Argentina; Assuntos familiares; Assuntos pessoais; Atividade profissional; Cana de açúcar; Casamento; Ciência e tecnologia; Constituição federal (1988); Cooperativas; Desenvolvimento agrícola; Desenvolvimento científico e tecnológico; Doenças; Elites agrárias; Engenharia; Exportação; Família; Formação escolar; Formação profissional; Golpe de 1964; Ideologia; Itália; Mercado; Mobilização política; Movimentos sociais; Participação política; Partido Verde - PV; Pecuária; Política; Produtor rural; Produtos agrícolas; Propriedade rural; Questão agrária; Reflorestamento; Regime militar; Responsabilidade social; São Paulo; Sindicatos de trabalhadores; União Democrática Ruralista;

## *Sumário*

Entrevista: 23.11.2011

Arquivo 1: Origens familiares na Fazenda do Coco, em Jaboticabal, interior de São Paulo; a migração de seus avós italianos nos anos de 1890; a trajetória de seu avô como colono nas lavouras cafeeiras; a genealogia da família; o gradual abandono do plantio de café; a plantação de mandioca durante a Segunda Guerra Mundial; o cultivo de cana de açúcar na década de 1950; a escolarização da família; a mudança para a cidade aos 10 anos de idade; o ingresso no curso de Engenharia Química da Universidade Mackenzie; as relações familiares paternas; a trajetória da família materna; o processo de produção da cana de açúcar; reflexões sobre a participação política da família; a graduação em tempos de agitação política; a conjuntura política no regime militar; a relação da família com o sindicato dos trabalhadores rurais; as atividades profissionais da família; a contribuição da Engenharia Química na montagem da indústria de álcool da família; a construção do primeiro engenho de açúcar nos anos 1950; a divisão dos negócios familiares em sociedades; o falecimento de seu pai; o casamento com Célia Vilela Bellodi; a trajetória profissional do sogro; a atividade pecuária exercida pela família; a agropecuária como uma atividade prazerosa.

Arquivo 2: O auxílio de especialistas para o desenvolvimento da agropecuária; a criação de porcos na Fazenda do Coco e o gradual abandono da atividade; o enfoque na pecuária de corte; a expansão das atividades pecuárias no Cerrado na década de 1970; a predileção pela pecuária em detrimento das atividades agrícolas; os empecilhos da atividade pecuária contemporânea; reflexões sobre os limites e perspectivas da legislação ambiental no contexto internacional; a pecuária voltada ao mercado interno nos anos 1970; os impactos da degradação do solo para a pecuária nos dias atuais; as medidas de proteção contra doenças aos animais; o processo de rastreabilidade do rebanho; o salto da atividade pecuária brasileira nos anos 1980; os investimentos na produção pecuária; os boitéis como uma alternativa ao período de secas; a diferença entre a pecuária brasileira e argentina; a relação dos pecuaristas com o Plano Cruzado; a questão da reforma agrária; a participação política na elaboração da Constituição de 1988; a presença da União Democrática dos Ruralistas

(UDR) nos debates constituintes; a abertura ao livre mercado na década de 1990; a venda da carne para frigoríficos exportadores; os negócios com Tião Maia.

Arquivo 3: A participação de seu filho, Maurício Bellodi, nos negócios; a empresa Bellman gerida pelo filho; a certificação dos produtos pecuários; a venda da carne como a única atividade exercida no ramo pecuário; seu diferencial em termos de gestão na agropecuária; a questão da responsabilidade ambiental nos negócios.

*Entrevista: 23/11/2011*

Mário Grynszpan – Doutor Paulo, eu gostaria que o senhor dissesse para gente quando e onde o senhor nasceu, e o nome de seus pais.

Anselmo Bellodi – Eu sou filho de Giacomo Bellodi e Jacira Doradon Bellodi. Eu nasci no município de Jaboticabal, dia 25 de novembro de 1939, por acaso, na primeira propriedade rural que meu avô conseguiu adquirir quando ele veio formar café em Jaboticabal. A propriedade chama-se Fazenda do Coco.

M. G. – Fazenda do Coco, tem fotos dela aqui no livro, não é?

A. B. – Sim, sim.

M. G. – Então o senhor podia um pouco contar essa história da chegada dos seus avós, chegada como colonos do café e como é...

A. B. – Meu avô veio na grande migração italiana que eu acho que começou por volta de 1870 e foi até 1910. Essa migração foi muito ativada logo após a abolição da escravatura. Aí começou a haver falta de mão-de-obra para que se desse continuidade às lavouras de café.

M. G. – Para tocar lavoura.

A. B. – E a Itália ainda eu acho que não era unificada e tinha problemas, problemas sociais, falta de trabalho. As condições não eram muito boas. Meus avós paternos eram do norte da Itália, da província de Mantova, mas o meu avô de uma cidadezinha que se chama Sermide, nas margens do rio Pó. Minha avó era de San Beneddetto Po, nas margens do rio Pó. Eram agricultores lá, jovens, tomaram a decisão de vir para o Brasil. Chegaram em Santos no dia, eu me lembro do dia porque é um dia marcante, é o dia da primavera, 21 de setembro de 1891. De lá eles foram para Socorro, ficaram lá durante cinco a seis anos. Não foram bem-sucedidos...

M. G. – Socorro fica em que região de São Paulo?

A. B. – Socorro é próximo de Caconde, Águas de Lindoia, naquela região ali. Bem na divisa... O município eu acho que divide com o estado de Minas Gerias. Eles ficaram durante cinco ou seis anos. Tiveram um fracasso, vamos dizer, de ordem econômica, porque

formaram café, foram acertar conta lá e... Parece que estavam devendo para o proprietário e o meu avô, que era uma pessoa muito pacífica, preferiu ir embora de lá. E ele tinha um cunhado, que era irmão da minha avó, que também havia migrado para o Brasil e estava na região de Jaboticabal, Guariba, Matão, por ali. Aí o meu avô tinha o contato, localizou ele e conseguiu um trabalho para ele aqui em Jaboticabal. Em 1897 ele veio para Jaboticabal...

M. G. – Mas ele veio para ficar como colono também?

A. B. – Como colono também, formando café. O pouco que eu ouvia do meu pai e dos meus tios é que a falta de sorte que ele teve lá em Socorro aqui foi o inverso; era colono de um bom proprietário. Logo que ele teve condições, alguns anos depois, ele comprou um primeiro pedaço de terra.

M. G. – Que foi essa Fazenda do Coco?

A. B. – Que é a Fazenda do Coco, que pertence a uma pessoa da família, por acaso um irmão meu, até hoje, essa propriedade. E ali teve dez filhos, cinco homens e cinco mulheres. Os cinco homens continuaram trabalhando com o pai. O meu avô ainda relativamente jovem passou o comando das coisas para os filhos. Os filhos trabalhando junto...

M. G. – Deixa-me só perguntar uma coisa. Na Fazenda do Coco ele plantava café também ou já era cana?

A. B. – Não, não, cana ainda não. A minha família teve, tem até hoje, um envolvimento muito grande com cana. Mas é uma fase posterior, aí já por volta da década de 1940 para 1950.

M. G. – E o senhor sabe mais ou menos quando o seu avô comprou a Fazenda do Coco, quando foi isso mais ou menos?

A. B. – Olha, eu acho que deve ter sido por volta de... Ele chegou em 1897... Por volta da década de 1920, 20 e poucos ele já conseguiu comprar essa propriedade. Até nesse livro aqui, que se eu puder vou conseguir um para vocês, tem exatamente essa história. Mas é próximo dessa data.

M. G. – Certo. O seu pai era que posição no grupo de irmãos?

A. B. – No grupo de irmãos ele era... O primeiro filho faleceu, aí teve mais dez. A minha avó teve onze filhos ao todo. Dos dez que sobreviveram...

M. G. – O que faleceu foi o que nasceu no navio, não é isso?

A. B. – O que nasceu no navio. O meu pai era o oitavo.

M. G. – Quase o caçula então.

A. B. – É. Ele tem um irmão e uma irmã mais novos do que ele, os outros todos mais velhos. As mulheres, na medida em que foram casando, acompanharam os seus maridos, algumas saíram de Jaboticabal, foram para outras regiões. A caçula permaneceu em Jaboticabal. E os homens assumiram os negócios do pai, deram continuidade.

M. G. – Quando o senhor fala os negócios significa que já tinha mais de uma fazenda?

A. B. – Já era café... E já nesta época eles já engordavam seus porcos, tinham o gadinho do leite, já faziam algum comércio de animais. Aí foram ampliando os negócios até que, eu não tenho preciso essa data, aí eles abandonaram o café. Aí já próximo da Segunda Guerra que começou em 1939, não é?

M. G. – Foi, agosto.

A. B. – É. Eles já mexiam com mandioca. Montaram uma pequena fábrica farinha de mandioca e na época da guerra... Faltou muito trigo na época da guerra porque o trigo era 100% importado da Europa, não é? E com aquela história dos alemães bloquearem a passagem pelo oceano, faltava muito trigo. Eles produziam, chamava-se fécula de mandioca. Eu me lembro, eu era menino porque eu nasci em 1939, que a minha família continuou produzindo isso pouco depois da guerra também... É a mandioca laminada e seca, fica branquinha. Eles produziam e mandavam para São Paulo para um moinho que moía e misturava, me parece, na farinha de trigo para produzir pão. Naquele tempo basicamente não se produzia muita bolacha, essas coisas. Aí eles passaram a trabalhar também com mandioca e começaram a mexer com cana, com um pequeno engenho e depois desse engenho de aguardente, eles montaram... Provavelmente, próximo da década de 1950, começaram a fazer a primeira produção de açúcar mascavo. Aí já tinham abandonado a cultura do café, aí tinham a pecuária, mexiam com porcos também. Eram cinco irmãos. Na década de 1950...

M. G. – Todos eles tocavam o negócio ou era o mais velho que...?

A. B. – Não, era mais ou menos um sistema assim: cada um tinha as suas tarefas. Tinha o mais velho que era o cabeça, o Aristides, que era o que, em uma fase inicial, encabeçou tudo, e cada um tinha as suas tarefas. Eu considero que foi frutificante porque eles conviveram muitos anos assim. Na década de 1950, um deles manifestou o desejo de tocar os negócios próprios. Aí esse se desligou da família, mas assim, se desligou da família os negócios. Em 1949 ele já não era mais sócio dos irmãos e meu pai e esse meu tio compraram dois terrenos vizinhos...

M. G. – Esse seu tio que quis sair, que quis ter o negócio dele?

A. B. – Que quis sair. Compraram dois terrenos vizinhos na cidade, em Jaboticabal. Construíram uma casa cada um e tinha um portão no fundo que comunicava as duas casas. Isso eu estou dizendo para o senhor para...

M. G. – Mas o seu pai continuou tocando os negócios da família?

A. B. – Continuou.

M. G. – Seu pai não saiu para formar um negócio próprio, não?

A. B. – Não, ele ficou com mais três irmãos. Aí na década de 1950, eles já tinham uma pequena usina de açúcar.

M. G. – Mas a fazenda que eles tinham era só a Fazenda do Coco ou já tinha mais terras?

A. B. – Não, aí eles ampliaram, compraram mais áreas. A Fazenda do Coco permaneceu e permanece até hoje na família, mas eles foram adquirindo mais áreas, foram crescendo os negócios.

M. G. – Eles estudaram ou não?

A. B. – Não, nenhum deles estudou. O meu pai contava que os dois irmãos mais novos, ele e o meu tio Fermo, foram privilegiados, foram dois anos na escola, os outros três foram um ano só. Eu tenho uma prima que escreveu um outro livro, eu acho até que evidencia bem isso: eles iam no fim de semana na casa de um parente que era professor lá na Itália que alfabetizou eles da maneira que deu. Eles tinham, inclusive, todos eles, muita dificuldade,



muita limitação. Meu pai colocava para nós que: “fizesse o que quisesse desde que não parasse de estudar”. Aí ele já era um empresário, uma pessoa de grandes responsabilidades e dizia ele que sentia muita falta da instrução. Então ele colocava para nós que a condição primeira era que nós estudássemos. Eu fui estudar em São Paulo, interno em um colégio de parentes também. Um colégio muito bom que tinha em São Paulo.

M. G. – O senhor não chegou a estudar em Jaboticabal?

A. B. – Eu me alfabetizei na Fazenda, em uma escolinha municipal.

M. G. – O senhor morou na Fazenda até que idade mais ou menos?

A. B. – Eu morei na Fazenda até 1949, até os nove anos. Aos dez anos eu fui para a cidade, aí fiz o segundo, terceiro e quarto ano de grupo, como nós dizíamos na época. Prestei o vestibular, porque tinha um vestibular para o ginásio estadual e fiz o primeiro ano de ginásio em Jaboticabal.

M. G. – No ginásio estadual?

A. B. – No ginásio estadual. Eu estudava em um ginásio que tinha muito nome, um ginásio muito bom. Uma escola pública de muito boa qualidade pelo tamanho da cidade. Aí em 1953, eu fui estudar em São Paulo. Meu pai me colocou interno em um colégio que era colégio de parentes meus. Esse colégio ficava na esquina da Avenida Paulista com a Rua Augusta, em frente ao Conjunto Nacional onde é o banco Safra hoje. Ali onde é o banco Safra era o colégio que eu estudei, excelente colégio...

M. G. – Era uma área nobre, não era?

A. B. – Já era nobre, não tão nobre...

M. G. – Não tão nobre quanto é hoje, mas já era uma área com grandes casas...

A. B. – Já era... A Avenida Paulista já era. Em 1953 ou 1954, nós morávamos na esquina da Avenida Paulista com a Rua Augusta. Na hora do almoço nós tínhamos uma hora livre para sair e nós assistimos à derrubada de toda a quadra onde é o Conjunto Nacional hoje. Era de uma pessoa só, se não me engano era de uma marquesa, alguma coisa assim e aí um grupo lá adquiriu. Nós ouvimos falar que ali ia sair um grande edifício, porque tinha muitos poucos

prédios na avenida paulista nessa década aí. Então em 1953 eu fui para São Paulo e fiquei até concluir o curso universitário.

M. G. – O senhor concluiu o ginásio nessa escola...

A. B. – Ginásio neste colégio. O científico...

M. G. – naquela época...

A. B. – Fiz o científico... E depois eu prestei vestibular e entrei na Universidade Mackenzie.

M. G. – O senhor foi estudar o quê?

A. B. – Eu sou engenheiro químico, me formei em Engenharia Química. Fiz Química...

M. G. – O senhor entrou em que ano na universidade, se lembra?

A. B. – Eu entrei em 1960, me formei em 1965. Prestei o vestibular em novembro ou dezembro de 1960, fiz o primeiro ano em 1961 e conclui o curso cinco anos depois.

M. G. – Seu pai não queria que o senhor estudasse Agronomia, não? Porque era um pouco o destino natural...

A. B. – Não, é interessante. Meu pai nem minha mãe nunca interferiram nisso. Eles diziam: “Vocês têm que estudar. Vocês têm se preparar. O que vocês vão ter é uma coisa transitória, hoje você pode ter, amanhã você pode não ter”. E ele dizia, dentro da maneira dele de pensar, da simplicidade dele, que o conhecimento ninguém vai te tirar, podem te tirar tudo menos o conhecimento que você adquiriu. Mas nunca colocou isso, tanto que eu fui para a Engenharia, o meu irmão fez advocacia, minha irmã é professora...

M. G. – São quantos irmãos?

A. B. – Somos três. Dos cinco filhos homens, o meu pai foi o que menos filho teve. Ele casou já um pouco tarde para os padrões da época. Ele casou-se aos 32 anos e teve três filhos.

M. G. – Todos os outros tiveram vários?

A. B. – É, o mais velho, eu até mostrei a foto para vocês, o meu tio mais velho teve doze filhos e eu convivi muito nessa casa, porque eu nasci a duzentos metros dessa casa. Ele

morava na Fazenda do Coco... Por ser o filho mais velho, ele casou-se e os meus avós... A casa dos meus avós... Ele foi morar junto. Então morava nessa casa...

M. G. – Os outros moravam em outro lugar então?

A. B. – Outros lugares. O meu pai fez uma casa a duzentos metros da casa do meu avô. Eu tenho um tio que morava a três quilômetros já em outra propriedade. Tinha um que morava a uns cinco ou seis quilômetros, que era onde surgiu a vocação para indústria da família. E tinha um, o caçula, que morava a uns trinta quilômetros da Fazenda, casou e compraram uma fazenda e ele foi morar lá com a minha tia. Esse teve quatro filhos. Esse meu tio que tinha doze filhos, quando eu era menino, eu tenho isso bem presente na minha memória, quando não tinha mais ninguém para almoçar e jantar, tinha dezesseis pessoas à mesa: meu tio, minha tia, doze filhos e o meu avô e a minha avó. Era muito interessante...

M. G. – Vocês comiam todos juntos?

A. B. – Eles comiam todos juntos. Eu sim, porque eu era meio agregado, porque o meu pai morava ali perto, eu estava sempre ali. As minhas primas mais velhas ficavam ali, eu gostava muito de ficar ali. Pena que não tenha uma foto... Talvez a minha prima tenha alguma coisa disso. Era uma longa mesa com bancos nas laterais e o meu avô sentava em uma cabeceira e o meu tio na outra. O fogão, eu não preciso dizer o tamanho do fogão para cozinhar para tanta gente... Mas geralmente tinha um filho que vinha a trabalho, então almoçava lá com eles. Eu acho que foi uma fase que eu tenho lembranças muito gostosas dessa época.

M. G. – Seus primos foram estudar também no colégio interno com o senhor?

A. B. – Foram, alguns foram. Eu tenho um primo, que é filho desse tio, que é engenheiro agrônomo. Esse era bem mais velho do que eu, infelizmente ele já faleceu. O Aldo teria hoje uns 84, 85 anos. Ele foi estudar no colégio Paes Leme e de lá fez Esalq também.

M. G. – Como que é o nome do colégio?

A. B. – Colégio Paes Leme. Esse colégio não existe mais, lamentavelmente, mas era um colégio de muito boa qualidade.

Ana Carolina Bichoffe – Senhor Paulo, conte-nos um pouco sobre a história da família da sua mãe.

A. B. – Olha, a minha mãe era *neto* de italianos, o meu pai era *filho* de italianos. Então o meu avô e avó maternos eram brasileiros. Meu avô aprendeu com alguém da família, que trouxe essa cultura da Itália também: carpintaria. O meu avô era carpinteiro, mexia muito com...

M. G. – Seu avô materno?

A. B. – Materno. Mexia muito com madeira. Então quando jovem ele, um carpinteiro, depois conseguiu montar uma pequena oficina que depois passou a produzir alguns produtos que eram muito consumidos na época, não é? Ele fabricava carrinho, consertava uma roda de charrete. Tinha um implemento agrícola que usava duas hastes de madeira, que era puxado por animais e a pessoa ia conduzindo...

M. G. – Era um arado, não é?

A. B. – Era um arado. Tinha arado, tinha um que chamava plainel, depende da função que a... Então o meu avô fabricava isso. Tinha uma parte de ferragens onde eles forjavam aço para fazer uma dobradiça de porteira, um pino. Então o meu avô caminhou por essa área. Os meus tios, os irmãos da minha mãe, acabaram sucedendo ele. Depois, com a idade, os filhos foram tomando outros rumos e não prosperou isso aí. Mas os meus avós maternos eram netos de italianos. Então eu falo que por onde eu pegar eu chego na Itália.

M. G. – Sua mãe estudou ou não?

A.B. – Minha mãe estudou, ela estudou o que pode. O meu avô tinha também uma prole muito grande, muitos filhos. Ela conseguiu fazer os quatro anos de grupo e depois ela fez corte e costura. Ainda muito jovem... Antes de casar com o meu pai, ela casou muito nova, ela chegou a trabalhar um pequeno tempo... Prestar serviço de corte e costura. Mas ela era uma pessoa que sempre diziam que foi uma excelente aluna. Ela lia muito. Então ele teve uma participação na vida do meu pai muito interessante no sentido de que ela, vamos dizer, tinha mais tempo, mais conhecimento, lia mais e isso acabou agregando muita coisa para o meu pai, que era uma pessoa muito voltada para o trabalho – ele e os irmãos. A minha mãe sempre foi um suporte para ele nessa área. Embora, aparentemente dizer: “Fez o quarto ano

de grupo”. Hoje seria absurdo dizer que estudou e fez os quatro primeiros anos. Mas naquela época, lamentavelmente, era já um bom nível. Eu acho que o analfabetismo no Brasil naquela época era muito mais de 50%, infelizmente. Então eu digo que estudou nesse sentido, não é?

M. G. – A família da sua mãe morava na cidade?

A. B. – Na cidade. Eram urbanos. Não tinha nenhuma identidade com o campo, nunca foram voltados para essa área.

M. G. – Na época do casamento com seu pai, eles tinham menos posses do que a família do seu pai?

A. B. – Um pouco menos do que o meu pai. O meu pai casou-se já com 32 anos, então eles já tinham algumas posses. Quando o pai casou 1900 e 30... Ele casou em fevereiro de 1939, já tinham iniciado a fábrica de mandioca. Depois, logo em seguida, entraram na produção de cantil de cana.

M. G. – Eles plantavam cana para fazer aguardente ou...?

A. B. – Inicialmente aguardente e depois já passaram para produzir açúcar. No começo faziam... Não tenho boa lembrança disso, mas eu tenho primos que têm isso bem vivo na memória. Faziam o açúcar mascavo...

M. G. – Mais escuro, não é?

A. B. – Aquele açúcar mais escuro. E depois aí já foram evoluindo, colocaram uma centrífuga. Essa indústria passou por vários estágios, várias crises – crises do setor que, lógico, atingia eles também.

M. G. – Alguém da família dos seus pais teve alguma participação política, partido, cargo, alguma coisa assim, concorreu a alguma coisa?

A. B. – Nunca.

M. G. – Ninguém?

A. B. – Ninguém, ninguém... Eu acho até que... não na geração dos meus pais, porque eles eram muito do meio rural e tal. Mas, da minha geração eu não conheço um Bellodi, da minha

geração, que tenha assinado sequer uma ficha partidária para dizer: “Sou filiado ao partido A ou ao partido B”. Eu considero que nós, a minha geração cometeu uma falha nesse sentido.

M. G. – Por quê?

A. B. – Porque eu acho que tem que haver um pouco mais de engajamento. Eu estou tentando tirar uma fotografia daquele tempo e estou vendo o filme de hoje. Em alguns momentos, até injustamente, o político é estigmatizado como quase uma pessoa do mal. Eu acho que não é totalmente assim, mas a gente vê aí, pelo menos a mídia está mostrando para a gente, que há muito oportunismo, muito desrespeito da coisa pública, não é? E é aí que eu volto lá atrás para dizer: “Talvez tenha faltado participação de pessoas que entrassem para política com outro pensamento”. Porque espaço... Se tiver duas cadeiras aqui e entrar quatro pessoas, só dois vão sentar, não é? Então quando os espaços estão tomados e não por pessoas, assim, preparadas para estar na política, eu acho que sobra mais espaço para aqueles que, de alguma maneira, pensam em se aproveitar da política. Por isso que eu digo que eu não participei, tive oportunidade, nunca tive a menor ligação com partido político, eleição e acho que não deveria ser bem assim.

M. G. – Mas vocês eram cortejados pelos políticos? Porque na medida que vocês vão crescendo, passou a ter influência...

A. B. – Fomos! A nível local, o conhecimento que eu tenho é a nível local, desde os tempos dos meus pais eram solicitados para que participassem, que se candidatassem a alguma coisa. Eu tenho alguns primos que foram, você usou a expressão, cortejados aí. Eu mesmo fui convidado para ser candidato a prefeito, vice-prefeito e eu tinha, e ainda tenho, eu converso muito com o meu filho sobre isso, uma dificuldade, porque essa arte da política... Se a pessoa não entender bem esse mecanismo, aquelas pessoas que... Por exemplo, empresários - que estão habituados aos seus negócios, à iniciativa privada - acabam, na política, tendo dificuldade de administrar isso. Têm vários casos de pessoas que entraram para a política e quiseram transferir o seu conhecimento técnico, administrativo para a política, ao pé da letra, e é malsucedido, porque a política envolve, não é conchavo... Ela envolve entendimento, aprender a ceder, a negociar. Essa foi sempre a dificuldade que eu tinha. Bom, se precisa de cinco, porque tem seis pessoas aqui? Isso é o que pensa todo empresário, não é? E o político as vezes fala: “É seis porque tem uma lei que não pode mandar embora”. Então as

restrições... Eu falo por mim e provavelmente esteja falando por alguém da minha família, a dificuldade que a gente sempre teve é... Quer dizer: “Olha, não vou entrar nisso aí porque eu vou me dar mal”. Talvez por morar em uma cidade que não era grande, em uma cidade onde todo mundo conhece todo mundo, você pode ser mal interpretado em um pensamento deste, usando um cargo político. Quando você faz isso em cima do que é a sua atividade, você arca com as consequências, aquilo que tiver de errado você tem que assumir. Agora, publicamente, as coisas públicas... Então eu acho que a arte da política, a pessoa tem que ter esse desprendimento, essa vocação, o que eu acho que na minha família faltou isso aí.

M. G. – O senhor fez faculdade em uma época até intensa, de agitação política forte, que foi o início dos anos 1960, não é?

A. B. – Plenamente. Eu peguei dois anos antes, o ano da revolução e dois anos depois. Estava bem no meio do tiroteio.

M. G. – Pois é. E em uma faculdade que tinha uma presença forte, pelo menos dentro do movimento estudantil identificado como mais conservador, não é?

A. B. – Sim, totalmente de direita.

M. G. – Foi de direita, pois é. Eu não queria usar esse termo, mas... [inaudível] ... [riso]

A. B. – Era o termo da época, hoje está até meio fora de moda, não é? Ninguém mais sabe o que é direita e o que é esquerda.

M. G. – Mas nem nesse momento o senhor participou de nada, enfim, de centro acadêmico?

A. B. – Eu participava de centro acadêmico, mas sempre desviando das questões políticas. Eu fui para área de esportiva, algum trabalho do centro acadêmico. Olha, naquele tempo tinha uma impressora a álcool, como é que chama?

M. G. – Era o mimeógrafo a álcool.

A. B. – Os mimeógrafos... “Olha, nós precisamos conseguir os mimeógrafos”. Então eu sempre me envolvia com essas questões. Aliás, eu era bem participativo. Mas na questão política mesmo, que era *muito* efervescente... Não que eu me omitisse, sempre tive opinião própria, participei de assembleias. Nas eleições havia uma disputa muito grande, porque a...

M. G. – O senhor era de direita também nessa época?

A. B. – Eu era de direita e a esquerda queria tomar o centro acadêmico do Mackenzie. Porque o Mackenzie, não sei se o senhor conhece ou se lembra dessa época... Existe uma Rua em São Paulo que se chama Maria Antônia e as portas principais da Engenharia do Mackenzie na Maria Antônia à direita, no sentido cidade-bairro, era a entrada principal da USP onde tinha o jovem professor Fernando Henrique, onde estudou José Serra e outros tantos. Exatamente em frente era o portão principal da Engenharia do Mackenzie. Até houve um tiroteio lá na época da revolução. Andaram trocando alguns...

M. G. – Mais do que xingamentos, trocavam tiros. [riso]

A. B. – É. Então, era muito efervescente isso lá. Então eu era de direita porque eu tinha uma visão de que a maneira que eles queriam conseguir as coisas não era o caminho correto.

M. G. – O radicalismo o senhor está dizendo...

A. B. – Exatamente. Eu até... Esse não é o tema que nós estamos aqui para tratar...

M. G. – Mas essas coisas todas são interessantes...

A. B. – Mas em um primeiro momento eu achei a ação dos militares... Nunca tive dúvida nenhuma em dizer e digo isso para todos os meus amigos, a ação dos militares foi necessária porque nós estávamos caminhando para uma desordem civil. Estavam pregando a desordem mesmo.

M. G. – A revolução teve um enorme apoio das classes médias.

A. B. – É. Eu como originário do meio rural, minha família era proprietária rural, nós já estávamos com vários casos de invasão de terra que eu sou literalmente contra. Nada a ser contra uma reforma agrária, a uma reocupação de uso do solo, programas de governo, mas invasão de terra ou invasão de qualquer propriedade pública ou privada; eu sou radicalmente contra. Então eu me coloquei contra aquilo naquela época. Lamentavelmente, o radicalismo de ambas as partes e aí é difícil hoje... A história um dia até vai contar isso com mais... Tem que baixar um pouco mais a poeira aí. Houve excesso de ambos os lados e deu no que deu aí, acabaram perdendo-se até vidas de jovens inocentes. Eu falo dos dois lados porque também



houve militares que perderam a vida. Aí, o movimento militar eu acho que também desvirtuou e desaguou no que todo mundo fala. Mas eu vivi intensamente essa época aí porque a minha escola estava no olho do furacão ali. [Risos]

M. G. – A família tinha problemas com o sindicato dos trabalhadores rurais naquela época? O senhor falou que tinha terras invadidas, não é?

A. B. – Não, não, não. Aliás, e o que eu estou dizendo é facilmente comprovado, a minha família ainda... Eu tenho parentes que tem uma indústria de açúcar lá em Jaboticabal. O meu pai foi sócio dessa indústria até 1970. E eu acho que a relação da família, como um todo, com os sindicatos sempre foi muito boa.

M. G. – Foi boa?

A. B. – Se o senhor disser: “Nunca tiveram uma ação trabalhista?”. Não. Tivemos ações das mais diversas, algumas sem nenhum sentido, outras reclamando alguma coisa e tal, mas o nível que a família toda, eu particularmente, trato isso é muito saudável. Eu tenho propriedade em dois municípios aqui no estado de São Paulo e me dou muito bem com os presidentes dos sindicatos. Quando um funcionário meu fala: “Olha, eu não queria, mas eu fui ao sindicato”. “Perfeitamente. É lá que você tem que ir. Eu prefiro que você vá”. Porque quando um empregado vai ao bom sindicato, é bom para o patrão, porque se ele tiver algum direito a reclamar... Direito não é para ser discutido, é para ser cumprido. Então, é muito mais fácil se entender dessa forma. E se não tiver o presidente do sindicato ou o departamento lá for acessível, você tem como discutir. O maior problema é quando há radicalização de um lado, ou de outro, ou de ambos, não é? Quando o patrão diz: “Não, isso aí eu só discuto na justiça”. E o sindicato também não quer acordo. Aí eu acho um mau caminho. Assim, de forma geral não temos...

M. G. – Grandes problemas...

A. B. – Não, não temos.

M. G. – O senhor, então, estudou Engenharia Química, o seu irmão estudou...

A. B. – Meu irmão é advogado.

M. G. – Advogado, você já tinha falado. E sua irmã...?

A. B. – Minha irmã fez o... Era o científico, clássico e normal. Fez o curso normal...

M. G. – Era professora de grupo escolar...

A. B. – Isso. E é professora de piano também.

M. G. – Ela estudou música.

A. B. – É, estudou música. Deu aula de piano ainda quando jovem.

M. G. – Seus pais gostavam de música, eles ouviam, estimulavam?

A. B. – Ouviam. O meu pai gostava, a minha mãe muito.

M. G. – Estimularam isso nos filhos?

A. B. – Estimularam.

M. G. – O senhor também ouvia música?

A. B. – Estimularam os filhos, mas quem tinha vocação era mais a minha irmã. O meu irmão teve algum ensaio de tocar algum instrumento, mas eu ainda bem que não enveredei por isso, porque senão eu seria talvez o motorista de alguma banda, no máximo. [risos]

A. C. B. – O senhor é o mais velho?

A. B. – Eu sou o mais velho.

M. G. – Aí depois vem...?

A. B. – A minha irmã.

M. G. – Seu irmão é o mais novo.

A. B. – O meu irmão é o mais novo.

M. G. – O senhor, quando foi estudar Engenharia Química, pensava em trabalhar com a família ou pensava em fazer uma outra coisa?

A. B. – Pensava em trabalhar com o meu pai.

M. G. – E tinha lugar para engenheiro químico nos negócios do seu pai?

A. B. – Tinha. Eu vim em uma época muito boa. Porque eu me formei em 1965 e foi justamente quando eles estavam expandindo a indústria e resolveram montar, o meu pai e meu tio, a primeira destilaria de álcool. Nós não tínhamos destilaria de álcool até então. E eu, de alguma forma, participei da implantação disso, a instalação de um laboratório, depois da operação. Aí já envolvia uma operação que não era comum para a indústria, porque a indústria do álcool envolve fermentação. Aí eu pude dar uma pequena contribuição nesse projeto, nessa implantação.

A. C. B. – Só para esclarecer, senhor Paulo. Na década de 1950, o senhor disse que os seus tios e o seu pai tinham fazendas de cana de açúcar e haviam construído o primeiro engenho, é isso?

A. B. – É, montaram o primeiro engenho.

A. C. B. – Se o senhor puder contar um pouquinho dessa década de 1950 até a década de 1960.

A. B. – É, eles começaram fazendo aguardente. Depois, logo em seguida, começaram a produzir açúcar. Aí essa indústria foi crescendo. No final da década de 1950, eram quatro irmãos que eram donos disso, e tinha uma indústria que teve dificuldade financeiras e ela estava sendo vendida. O Banco do Brasil era credor. Ela era muito próxima da nossa indústria, também no município de Jaboticabal. E aí, a família Bellodi, o meu pai e os três irmãos, porque um já havia saído da sociedade, adquiriram essa segunda indústria que hoje é uma usina – chama-se Usina São Carlos. Era desses meus primos até cinco anos atrás e eles venderam. Hoje é do grupo Dreyfus. E aí logo dois ou três anos depois de adquirida essa segunda unidade, o meu pai e os meus tios, por consenso, dividiram a sociedade. Dois irmãos ficaram na Usina São Carlos e o meu pai e o meu tio Gino ficaram na Usina Santa Adélia.

M. G. – Que foi essa segunda que foi comprada, é isso?

A. B. – Não. A São Carlos que foi a segunda. O meu pai ficou, junto com o meu tio, na usina mãe, vamos dizer, na primeira usina, que é onde o meu avô se radicou e que hoje é... Aí caminhando um pouco mais... Havia um programa do meu pai e meu tio... Aí vêm os filhos...

E eles tinham essa cultura de que para dar oportunidades para os filhos tinha que ir separando a sociedade. Foi, aliás, uma atitude, um pensamento muito inteligente que eles tiveram. O meu pai e o meu tio, em 1970, separaram a sociedade e o meu tio ficou com a usina. Nesta época, o meu pai e meu tio já tinham uma frente de pecuária, uma fazenda de pecuária lá em Pereira Barreto que naquele tempo era bem na divisa do estado do Mato Grosso. Era muito longe, gastava oito ou nove horas para ir de Jaboticabal até lá. O meu pai ficou com alguns créditos para receber do meu tio, algumas terras ali em Jaboticabal e esta fazenda de pecuária.

M. G. – Aí seu pai passou a cuidar da fazenda de pecuária?

A. B. – Então...

M. G. – Deixa eu só entender, são duas separações, uma primeira fica cada um com uma usina, não é isso?

A. B. – Dois com uma usina, dois com outra usina.

M. G. – Então cada dois ficam com uma usina. Aí depois teve uma separação que foi do seu pai com esse seu tio que ficaram com a... São Carlos...não é?

A. B. – Santa Adélia.

M. G. – E aí então tem essa segunda separação, o seu tio fica a usina e o seu pai vai cuidar da fazenda...

A. B. – Ele recebeu essa fazenda de pecuária e o pensamento do meu pai era ou ampliar o setor de pecuária, ou provavelmente voltar para o setor industrial.

M. G. – Industrial o senhor diz é a usina?

A. B. – Usina que era o que ele sabia mexer. Eu já estava ali alguns anos.

M. G. – Pois é, como é que foi tomada essa decisão? Porque tinha o senhor que já estava mexendo com a usina... Por que o seu pai preferiu...?

A. B. – Uns quarenta dias depois que o meu pai separou a sociedade... O meu pai era um homem... Ele faleceu com 63 anos, sem vícios; não fumava, não bebia.

M. G. – Nem vinho?

A. B. – Vinho, sim. Tomava seu aperitívino. Quando eu digo “não bebia”, para um italiano... É lógico, gostava do seu vinho, às vezes tomam o seu aperitívino, sua aguardente, uma outra bebida. Mas muito comedido. Um mês depois que ele dividiu, ele teve um pequeno problema cardíaco. Detectou como um pequeno enfarte. Foi para Ribeirão Preto, tratou... “Ah, não é nada e tal”. Tomou os medicamentos que tinha na época. Os recursos em 1970 eram infinitamente menores do que hoje. O médico tinha dado alta para ele e ele recebeu um casal de amigos que ele tinha dado um casal de porcos, ele tinha uma criação de porcos maravilhosa, muito tecnificada, muito boa para época... E ele tinha dado para esse casal de amigos um casal de porcos da raça que eles queriam, Landrace, não sei. E eles foram com o meu pai até a fazenda para pegar esse casazinho de porcos, era uma sexta-feira, de manhã. Passaram até em casa, minha mãe serviu café para eles e foram para lá. Andaram por tudo lá e quando ele estava no corredor, chama de cerva de engorda de porcos, dos dois lados... O casal estava na frente e a mulher falou alguma coisa e o meu pai não respondeu. Olharam para trás e não viram. Ele tinha caído dentro da cerva. Caiu morto. O meu primo que levou ele para o hospital fala que: “Quando eu peguei o seu pai foi...”. Aí foi para o hospital, mas...

M. G. – Em que ano foi isso?

A. B. – Em 25 de janeiro de 1971.

M. G. – Um pouco depois então...

A. B. – Meses depois da divisão. Essa divisão foi formalizada em fim de 1970. Bom, aí vem a história da pecuária...

M. G. – Deixa eu só fazer uma pergunta anterior para o senhor. O senhor casou cedo também, não é? Porque em 1967 o seu filho já nasce, não é isso?

A. B. – Eu casei em abril de 1966 e ele nasceu em julho de 1967.

M. G. – E a sua esposa era de Jaboticabal também?

A. B. – Jaboticabal também.

M. G. – Também família de produtores?

A. B. – Também família de produtor rural.

M. G. – Também italiana de origem?

A. B. – Não. Bem brasileira mesmo. Vilela é bem brasileiro, não é? Eu me casei com 26 anos, já formado. A minha esposa fez Biblioteconomia, era bibliotecária. Eu a conheci muito jovem, mas eu estudava em São Paulo e coisas do antigamente... Acho que hoje só vê isso em novela, não é? Vinha a cada dois ou três meses.

M. G. – Se encontravam a cada dois ou três meses?

A. B. – É, porque nas férias, inclusive quando era engenheiro, eu aproveitava para fazer estágio. Aí tão logo eu terminei o curso, eu vim, comecei a trabalhar e cinco meses depois eu me casei. Casei em 30 de abril de 1966. Meu filho é de 07 de julho de 1967.

M. G. – Como é o nome completo da sua esposa?

A. B. – Célia Vilela Bellodi.

M. G. – E os pais dela faziam o quê?

A. B. – O meu sogro era um produtor rural. Eles tinham uma propriedade agrícola. Mexia com gado de corte, tirava leite, algum pouco de lavoura. Aí, ele com bastante idade já... Viveu muitos anos, o meu sogro faleceu com 98 anos. Aí começou o processo de invasão da cana e o meu sogro acabou arrendando a fazenda para usina de açúcar. Por acaso para esses parentes meus que eram donos da usina Santa Adélia. E depois ele dividiu a fazenda, doou para os filhos. Tem ainda dois que ainda tem as glebas deles no próprio local. Os outros acabaram vendendo, indo para outros lugares.

M. G. – A sua esposa também recebeu alguma coisa?

A. B. – Recebeu um quinhão lá. Ela ainda tem o pedaço da terra dela, que eu arrendo para esses meus primos da usina com quem a gente em um relacionamento muito estreito.

M. G. – E vocês tiveram quantos filhos?

A. B. – Dois filhos.

M. G. – O Maurício é o mais velho?

A. B. – O Maurício é o mais velho.

M. G. – O nome completo é Maurício Bellodi?

A. B. – Maurício Bellodi.

M. G. – E o segundo?

A. B. – A segunda é Marinela Bellodi. Marinela fez só a formação básica. Ela teve uma pequena dificuldade e ela não completou curso universitário. Mas, ela é solteira, optou por não casar. Opção dela também.

M. G. – Vive com vocês?

A. B. – Vive conosco. Hoje quase que já cuida do pai e da mãe. [riso]

M. G. – E ela nasceu em que ano?

A. B. – Ela nasceu em setembro de 1968. Eles têm catorze meses de diferença, os meus filhos.

M. G. – O senhor estava falando da pecuária, como é que a pecuária começa na...?

A. B. – Bom, aí o meu pai faleceu e tinha acabado de dividir com o meu tio.

M. G. – E o engenheiro químico vai cuidar da pecuária, não é?

A. B. – E o advogado também. E a minha irmã é casada com um médico. O meu cunhado era um médico fantástico, urologista, e ele tinha uma clínica muito boa em Maringá no norte do Paraná. Com a morte do meu pai, a minha irmã optou, e o meu cunhado gentilmente abriu mão até da profissão dele... Ela quis... Porque era a única filha mulher e não quis ficar longe da mãe e voltou para Jaboticabal. Com o falecimento do meu pai, a minha irmã tinha a parte que cabia a ela e o meu cunhado optou... Ele já tinha algum investimento dele em terras também que amealhou com médico e nós dissemos para ele: “Olha, dentro do que nós pudermos... Se você quiser, você continua o seu trabalho que nós tocamos da maneira que a gente conseguir tocar”. O meu cunhado é um dos homens mais cultos que eu conheço na minha vida, um homem cultíssimo, preparado, uma pessoa fantástica. E ele falou: “Olha, fazer duas coisas é “dois bico”. Não vai dar certo isso aí. Ou eu vou tomar conta dos meus negócios, ou eu vou ser médico”. E aí ele optou, abandonou a Medicina e é pecuarista até hoje, é agricultor. Ele foi correr atrás, como eu e como o meu irmão, de se preparar para uma

nova etapa aí e que foi um novo desafio para mim. Eu tinha acho que 32 anos. Eu brinco que eu não sabia nem onde direito ficava a fazenda que o meu pai tinha deixado para nós. Aí fomos fazer a pecuária e um pouco de agricultura também.

M. G. – Vocês então saem de Jaboticabal, porque era longe de Jaboticabal, não era?

A. B. – Era longe, mas nenhum dos três saiu por opção mesmo, de valorizar a família. A família Bellodi em Jaboticabal é muito grande e a gente se dá bem com todo mundo. Os amigos eu gostava muito. A opção minha foi a do meu cunhado e a do meu irmão. Então nós tínhamos algumas coisas em Jaboticabal, o meu cunhado tocava a parte de Jaboticabal que era mais voltada para a área agrícola, um pouco de cana, plantio de soja.

M. G. – Já plantava soja naquela época?

A. B. – É, já. Estávamos começando a plantar soja. Em 1973, 1974, já começamos a plantar soja. E eu e o meu irmão fomos tocar a parte de pecuária com muita dificuldade porque era um assunto completamente novo para nós. Com a ajuda de pessoas da família, eu tenho dois primos que foram muito importantes. Um é o que ficou na usina, que era quem tocava as fazendas de pecuária com a morte do meu pai. No começo nos ajudou bastante. E um outro primo que era casado com uma prima minha e que tinha negócios junto com o meu pai e o meu tio: quando eles compravam uma propriedade e não tinha dinheiro para colocar boi, ele colocava boi lá, era uma pessoa muito dessa área. Ele chama-se Joaquim Trevisoli. Com a ajuda deles a gente foi tocando, porque não tinha outro caminho, de início tinha que assumir. Aí vem a questão... Muita gente me pergunta: “Por que você é pecuarista?”. Na verdade nós passamos a gostar da atividade. Eu contei uma brincadeira para ela de um jornal que chama-se Correio Agropecuário, era do Mário Mazzei Guimarães (até hoje ele escreve, publicou um livro há pouco tempo, se vocês pesquisarem aí)...

M. G. – Ele circulava onde esse jornal?

A. B. – Ele circulava no meio agropecuário. As pessoas assinavam.

M. G. – Dessa região de Jaboticabal?

A. B. – Não, era de São Paulo e vinha para o interior e tal. Eu assinava esse jornalzinho. E tinha uma coluna que era escrita por um indivíduo que chamava Eduardo de Almeida Reis.



Ele escreveu uma crônica ligada sempre à pecuária e ele tinha muita facilidade de expressão, escrevia muito bem. Um dia ele descreveu como é que era uma fazenda de pecuária. Aí ele descreve que você vai para a fazenda, vai tomar leite no curral de manhã cedo, vai andar a cavalo, vai ver os bois. Aí nasceu o cavalinho, o pessoal vai pescar de tarde no lago e ver os passarinhos e ver não sei o quê. E aí ele termina dizendo: “E o pessoal ainda quer que isso dê lucro! Se desse lucro ninguém ia querer fazer outra coisa”. Talvez por isso que eu me encantei com a pecuária. A atividade em si é prazerosa.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

M. G. – Doutor Paulo, o senhor estava falando porque o senhor gostava tanto da pecuária, citando o artigo do Correio Agropecuário, não é?

A. B. – É como atividade, muito prazerosa, não é? Em princípio eu gostei da atividade, eu acho que foi o caso do meu irmão e do meu cunhado. Mas nós não tínhamos nenhum conhecimento, vamos dizer assim, sobre a área. Tivemos algumas dificuldades, evidente, e devemos ter feito muitas bobagens no começo. Mas, talvez até por um pouco de formação, nós logo percebemos que tínhamos que recorrer, que pedir auxílio para quem conhecesse o setor. Então, além dessas pessoas que eu citei que nos ajudaram, a gente começou a ir buscar amparo com técnicos, nas universidades. Tivemos a facilidade que em Jaboticabal já tinha a Unesp, tinha o curso de Zootecnia com excelentes professores e a gente passou, por ser uma cidade pequena, a ter muito contato com esse pessoal. Eu me lembro, dentre outros, doutor Pedro de Andrade que é um técnico renomado, um professor de grande conhecimento. A gente foi à busca de conhecimento. Aí nós passamos a investir no setor. Ainda na década de 1970, nós adquirimos algumas áreas na região onde eu tenho fazenda, meu irmão tem e meu cunhado tem que é em Pereira Barreto. E depois nós também...

M. G. – Pereira Barreto também é o quê? Noroeste de São Paulo?

A. B. – É, noroeste. É conhecido aqui como araraquarense, mas é noroeste aqui do estado. Bem próximo de Ilha Solteira, de Barragem de Três Irmãos.

M. G. – Só perguntar uma coisa para o senhor. O senhor falou que tinha uma criação de porcos, não é?

A. B. – Meu pai tinha uma criação de porcos.

M. G. – Com o emprego já de tecnologia, não é? Já nessa fazenda ou não?

A. B. – Não, na Fazenda do Coco que é onde eu nasci. Aí isso ficou para nós também na divisão da sociedade. E nós tocamos essa atividade por mais uns cinco anos ou seis. Aí a suinocultura vivia em crises. Eu acho que até hoje é assim, não é? Toda hora eu estou vendo crise no suíno. Aí nós tomamos a decisão de desativar a suinocultura.

M. G. – A suinocultura é uma coisa também de pequenos produtores, não é?

A. B. – É, mas para os padrões daquele tempo, o meu pai deixou uma criação de porcos com um rebanho de três mil animais. Era um negócio de volume e nós não conseguíamos, em partes até pela inexperiência, não sei... Mas eu não acho que foi inexperiência, não. É que o setor vem sendo muito penalizado, é o produto que tem uma volatilidade de preço muito grande. Acabamos desativando. Hoje a fazenda existe, mas a atividade foi abandonada.

M. G. – Nessa nova área, desde o início era pecuária de corte?

A. B. – Era pecuária de corte.

M.G. – Desde o início. Leite não?

A. B. – Nunca leite. E especialmente na pecuária de corte, o nosso foco maior sempre foi a terminação de animais. Nós nunca demos grande ênfase... Quando fomos para Mato Grosso aí fizemos um pouco de cria, mas muito pouca cria. O foco maior sempre foi na recria, engorda e terminação de animais.

M. G. – E que gado vocês tinham?

A. B. – Olha, aí, por ser somente recria e engorda, nós adquirimos, até hoje é assim, animais jovens, predominância Nelore. Mas hoje tem muito cruzamento industrial, até animais de origem leiteira. Eventualmente, sempre tentando perseguir animais que possam ter boa performance. Mas predominantemente Nelore e cruzamento industrial.

M. G. – Na década de 1970, a gente teve dois movimentos que são importantes, pelo menos dois movimentos importantes: um que era a cana disparando, foi um momento muito rico para a cana, tinha muito dinheiro liberado – Proálcool, tinha muito recurso, muito crédito para a cana. E foi um momento também de expansão para o cerrado, em São Paulo e também entrada pelo centro-oeste, não é? Vocês também vão nessa direção?

A. B. – Nós fomos para o cerrado e hoje, tanto eu quanto o meu irmão e o meu cunhado, temos propriedades no cerrado de pecuária. Nós optamos por ir ao cerrado aqui do Mato Grosso do Sul próximo do estado de São Paulo. Nós não optamos para ir lá para o norte.

M. G. – Não vão para a Amazônia, não?

A. B. – Não, nunca tivemos essa... Porque aí... Quais seriam os fatores principais? O principal é aquilo que o senhor perguntou: o senhor se mudou de Jaboticabal? Não, nós não queríamos mudar, tanto que meus irmãos moram em Jaboticabal até hoje. Eu só estou aqui em Rio Preto, há sete meses, em função do meu filho que veio para cá porque, quando ele se formou, além de me ajudar, trabalhar junto, ele me ajuda bastante no negócio de pecuária, ele quis abrir uma frente própria de trabalho e ele montou, em sociedade com um colega dele, uma empresa de nutrição de bovinos.

M. G. – Que é a Bellman.

A. B. – A Bellman. E aí ele inicialmente montou em General Salgado, onde eu tenho uma propriedade rural, e depois precisou se transferir para um lugar onde a logística fosse mais favorável. A empresa começou a crescer e começaram a ter algumas dificuldades lá, não é? Não dava para segurar bons técnicos; o pessoal precisava trabalhar e estudar; a cidade não tinha como oferecer isso e eles se transferiram para Rio Preto. Com a fixação do meu filho aqui, eu optei para vir para perto dele e conseqüentemente vim mais perto dos meus negócios. Então, quando a gente optou por ficar em Jaboticabal, para nós era problemático pensar em ir para o MT, enfim, norte de Goiás, porque as distâncias eram longas e nenhum de nós tinha muita vocação para aviação, e teria que ter um avião... Aí optamos para ir para o cerrado aqui do Mato Grosso do Sul.

M. G. – Vocês não pensaram em aproveitar a onda da cana, não? Expandir cana, soja também começa aí...

A. B. – Não. Olha, na verdade eu acredito que nenhum dos três tem vocação agrícola. No meu caso é mesmo falta de vocação. Admiro muito os meus amigos, gosto de ver o trabalho, ver as lavouras, mas a agricultura não me atrai. Tem momentos muito difíceis porque chove demais, porque não chove. A pecuária se acomoda melhor diante das limitações que você tem e que você não controla. A agricultura é mais cruel. A cana, como a gente ficou na pecuária, nós achamos... Mais ou menos o pensamento era esse... Embora todos nós hoje tenhamos áreas com cana, tanto eu quanto o meu irmão e o meu cunhado, mas naquele momento, lá atrás, nós entendíamos que ou fazia uma coisa, ou fazia outra.

M. G. – Não queriam ter dois bicos, como dizia seu cunhado. [riso]

A. B. – É, exatamente. Então nós focamos mais na pecuária.

M. G. – O senhor falou que a pecuária, naquela época, não dava um grande lucro, não é?

A. B. – E hoje também não.

M. G. – Mas hoje é bem melhor do que já foi, ou não?

A. B. – Não. O lucro da pecuária do passado... Como que o pecuarista do passado ganhava e ganhou o dinheiro? Porque o pecuarista, eu até citei para eles de manhã aí, para o bem ou para o mal, aliás, está muito em moda essa discussão, ele foi o desbravador. Hoje é muito penalizada essa ação do pecuarista.

M. G. – Porque ele é acusado de desmatar, na verdade.

A. B. – É o que causou... Tudo o que tem de ruim no universo é o pessoal do meio rural, especialmente o pecuarista. Mas essa é uma discussão a parte, não é? Mas eu digo, o pecuarista foi o desbravador, e só parou de ser o desbravador lá em cima, ou está parando, por causa dessa pressão social, ambiental. E qual é o papel do desbravador? É desbravar. Então ele vai para um lugar, muitas vezes, sem a menor estrutura, sem a menor condição. Eu conheço história de pessoas que depois se enriqueceram, mas que foram derrubar mato, dormiram em ranchos para abrir uma clareira para depois ir buscar a família. Então, aí eu abro um pedaço, o outro abre um pedaço, o outro abre outro pedaço. Aí vem o progresso, cresce uma cidade, vem uma estrada. Aí a terra valorizava e o pecuarista que já tinha esse *know-how* e essa vocação, com a valorização da terra, atrás disso vem a agricultura, e com a

valorização ele fala: “Bom, agora eu vou dar um outro salto”. E tem gente que deu vários saltos. Esse pessoal que abriu aqui a Noroeste do estado de São Paulo, depois foi para o cerrado, depois foi para o norte.

M. G. – O senhor se vê como um desbravador também?

A. B. – Não. Eu já peguei a coisa mais feita, fui mais feliz. Eu não derrubei mato, não, porque eu seria contra derrubar. Eu derrubei um pouco, muito pouco... Dentro da lei. Eu me transformei em um pecuarista quando o meu pai me deixou em uma condição diferente. Eu fui privilegiado, vamos dizer assim. Eu tenho uma fazenda no Mato Grosso do Sul e que eu comprei parte de uma fazenda. Uma das primeiras providências, o meu filho insistiu muito nisso, nós pegamos vinte por cento da área e abandonamos. Hoje ela é recomposta com cerrado. Aonde dá para fazer. Uma área que já era aberta, porque eu comprei um pedaço de uma fazenda. A sociedade urbana não conhece com muita clareza isso. Não existia o impedimento. O código florestal de 1965 passou a impor algumas normas, mas... Por exemplo, a fazenda que o meu pai tinha, em 1965 estava aberta. Ela é uma fazenda aberta. E aí eu pergunto: é para eu reconstruir? Porque nem uma lei pode retroagir no tempo, não é? É visto, assim, de uma maneira distorcida, para mim, esse problema. Eu acho que o pecuarista tem que se conscientizar, tem que assumir as responsabilidades dele, mas eu falo até com certo sentimento porque nós não podemos ser transformados nos...

M. G. – Nos grandes vilões...

A. B. – Nos grandes vilões. Aí eu começo a me perguntar... O senhor mora no Rio de Janeiro, deve ter grandes avenidas lá que tenha um rio que está ali: foi respeitado trinta metros lá? As árvores estão plantadas lá? Ninguém respeitou, ninguém fala disso aí. Tem esgoto a céu aberto em grande parte do território brasileiro e nós é que somos os responsáveis por tudo. Eu acho que tem que ser visto dentro de um contexto sem esse sentimento de penalizar alguém. Eu vejo esse órgão aí o *Green Peace*, não é? A sede, onde é? Holanda. A primeira pergunta que eu faço... É dinheiro das multinacionais holandesas que mantêm o *Green Peace*. O pouco que eu estudei sobre a Holanda, eles bloquearam lá, não é?

M. G. – Foi.

A. B. – É considerado um país baixo.

M. G. – É, está abaixo do nível do mar, tem que ter os diques justamente para impedir que o país afunde.

A. B. – Isso, aí eles jogavam a água que entrava para fora com os cataventos lá, não era isso? Hoje é permitido isso? Eu acho que não é. Se nós fossemos criar um país onde tivesse que bloquear o mar, é proibido, não é? Então. Eu li um trabalho, acho que uma senadora me mandou, a Holanda tem algo em torno de menos de três por cento de matas preservadas.

M. G. – A Europa toda tem muita pouca mata, não é? Não restou quase nada.

A. B. – Então, e todos eles estão preocupados com os nossos 20%, mais a nossa APP, a floresta amazônica tem que ser oitenta. É interessante que... Por que esse excesso de interesse de gente de fora com o *nosso* país? Agora, um brasileiro achar que nós temos que fazer isso ou aquilo eu acho que está correto, não é? Porque nós podíamos fundar uma ONG que defendesse que a Holanda tivesse vinte por cento de matas também. Acaba com a Holanda, não é? O senhor conhece a Holanda? Eu tive uma vez só lá.

M. G. – Fui só uma vez também.

A. B. – É uma caixinha de fósforo, por sinal uma coisa maravilhosa. Um país organizado, muito bonito, povo civilizado. Mas eles não têm florestas também.

M. G. – Doutor Paulo, deixa eu perguntar uma coisa. Na década de 1970, que é quando o senhor está crescendo na pecuária, o mercado era fundamentalmente interno, não é? Vocês não exportavam ainda. Eu acho que a exportação vai começar depois, não é?

A. B. – Muito pouca coisa. Mas já tinha alguma, muito pouco, mas tinha. Cresceu muito eu acho que de 1980 para frente.

M. G. – É, e depois dos anos 1990.

A. B. – Ah, nos anos 1990 explodiu.

M. G. – Pois é. Mas imagino que o lucro naquela época devia ser bem menor do que hoje. Mesmo hoje não seja muito grande, como o senhor diz, naquele momento devia ser ainda menor ou não? A produtividade era bem menor também...

A. B. – A produtividade era menor, mas o pecuarista por ser um desbravador, o solo devolvia muita coisa.

M. G. – Quando o senhor afirma isso, o que o senhor quer dizer?

A. B. – Porque você derrubava o mato, jogava semente de capim e você tinha uma produção muito alta sem custo. O solo foi se degradando. Hoje, o Brasil, falam-se os dados muito próximos de duzentos milhões de hectares de pecuária, de pasto, dos quais quarenta milhões para alguns e para outros, trabalhos e outras pesquisas, mais de quarenta milhões são degradados, que precisam ser totalmente recuperados. O que é muito caro. E aí vem uma pergunta: por que quarenta milhões de hectares degradaram? Será que é só porque o pecuarista é atrasado ou será que ele foi perdendo renda, perdendo competitividade e foi tentando sobreviver com o que ele tinha e não pode devolver no solo. Tanto que esses quarenta milhões de hectares, fala-se que vão ser ocupados por outras atividades e com tecnologia nós vamos passar a produzir nas áreas remanescentes o suficiente para cobrir o déficit desses quarenta milhões que vão ser tomados por outras atividades, e até mais, não é? Tenho lido alguma coisa aí que até 2030, o Brasil vai ter uma necessidade de expansão de produção de alimentos de algo como quarenta por cento, e que o Brasil vai ter que produzir quase cinquenta por cento disso. E a agricultura vai invadir essas áreas degradadas da pecuária e a pecuária vai compensar isso com tecnologia nas outras áreas. Esse é o caminho que eu estou imaginando que vai ocorrer.

M. G. – Naquele momento era fundamentalmente boi no pasto, é isso?

A. B. – Boi no pasto.

M. G. – O gado se alimentava com capim?

A. B. – Capim, alguma iniciação em... Confinamento era absolutamente incipiente. Ouvia-se falar que tinha um cara no Paraná que fazia não sei o quê, outro não sei onde. E a suplementação ao pasto, a nutrição do bovino complemento a pasto, estava engatinhando. Aí, o grande responsável pelo avanço nessa área foi o fundador dessa empresa Tortuga, Fabiano Fabiani, que trouxe um conhecimento que ele tinha da Itália e montou essa empresa. Então aí, começaram a produzir os primeiros minerais. Até então era sal branco e boi no pasto. Mas o boi morria com cinco anos.

M. G. – E controle de zoonose, controle de doença, vacina, vocês investiam forte nisso também?

A. B. – Na verdade, os produtores mais evoluídos vacinavam. Eu, desde quando começamos a mexer... Já era do tempo do meu pai, do meu primo, que tomavam conta da parte de pecuária, nós sempre vacinamos porque entendíamos que vacinar o meu animal não é por exigência do governo, mas porque ele é *meu* animal.

M. G. – Investimento de vocês, não é?

A. B. – É um patrimônio, é dali que sai o meu resultado. Então nós já tínhamos essa cultura. Mas não era feito com a eficiência que é feito hoje. Eu acho que o Brasil avançou muito nessa parte. Eu conheço bem o controle sanitário de dois estados que é São Paulo e Mato Grosso. Eu sei que o pessoal do Sul também é muito rigoroso, tanto que Santa Catarina já está um estágio na frente. Ele é livre de aftosa sem vacinação. É o primeiro estado brasileiro, único Estado, aliás... Agora tem um outro estado reivindicando isso aí também.

M. G. – Até porque se não tomar muito cuidado com isso não consegue mais exportar, não é? O mercado externo é muito exigente com esse tipo de cuidado, da traçabilidade, enfim, isso tudo.

A. B. – Eu até separo um pouco isso. Por exemplo, a questão da aftosa eu acho que dá para entender perfeitamente. A exigência que eles fazem... É o que eu digo: “essa exigência deveria ser de cada um de nós” e não: “Eu vou vacinar porque a Europa quer ou porque o governo brasileiro quer”. Eu vou vacinar porque eu estou vacinado, vermifugado. Vacinar que eu digo não é só a aftosa, é fazer carbúnculo, não é? Conforme o animal, tem outras vacinas para se fazer. Mas, esta exigência eu acho perfeitamente possível. Ficou muito em discussão, e ainda está em discussão, a tal rastreabilidade. Da forma com que foi implantada, eu acho que houve um grande erro de posicionamento do governo quando implantado o sistema no Brasil, provocado por uma exigência lá de fora que para mim ela é comercial e não sanitária.

M. G. – Por que isso?



A. B. – Porque, primeiro, a Europa exigiu. E a primeira instrução do Ministério da Agricultura é que era em 2015, graças a Deus isso não tem mais, 100% do rebanho brasileiro deveria estar rastreado. O que é, literalmente, um sonho.

M. G. – Impossível...claro.

A. B. – É. Eu pergunto para o senhor: “todos os brasileiros, seres humanos, estão registrados”?

M. G. – Tem muita gente que não tem certidão de nascimento ainda.

A. B. – No Rio de Janeiro, se o senhor for lá. Uma cidade evoluidíssima, já foi capital da República, tem muita gente não tem. Perigoso de lá no interior ou em uma favela lá encontrar alguém que não tem. Então isso mostra a dificuldade que existe para se ter um controle individualizado das pessoas. Agora, imagina em um continente. Isso é um país que um continente. O senhor pega do Rio Grande do Sul, vai para o Pantanal, para o Nordeste brasileiro, para a Amazônia. Tem pecuária na Amazônia, tem um cara enfiado no meio da floresta lá. Vive um ribeirinho, abriu uma clareira, tem três vacas lá e essas vacas teriam que ser rastreadas. Se o senhor ler as instruções de rastreabilidade, eu demorei uns três anos para adequar a minha estrutura para poder fazer a rastreabilidade com seriedade. Com muito sacrifício, muita dificuldade, porque as exigências são enormes. E em um primeiro momento, conseguiram impor. E aí que eu digo que isso aí é guerra econômica e não com fins de proteção do animal, porque a Europa, como um todo, não rastreia todos os animais.

M. G. – Não?

A. B. – Comprovadamente não rastreia. Agora, nos impuseram isso aí, da forma como foi. Eu aceito e entendo a rastreabilidade: “Olha, quem rastrear animais terá um produto de qualidade superior e terá uma compensação por isso eventualmente. Aí terá, dentro do jogo de mercado, ora mais procura, ora menos procura”. Normal. Aí eu aceito a rastreabilidade. Agora, como essa imposição foi feita... Os produtores rurais que tenham uma certa estrutura, vamos dizer, que tenham os funcionários treinados, tenham escritório, tenham um computador, tenham uma pessoa que sabe lidar com computador, já é difícil cumprir todas as exigência porque o rigor é absoluto. Uma falha pontual o senhor pode ser descredenciado. *Uma* falha pontual. Aí, querer imaginar que o Brasil inteiro fosse fazer isso, Brasil inteiro pecuária, é um negócio

inadmissível. O que acabou acontecendo? Criaram essa exigência e o brasileiro como tem até a expressão “o jeitinho brasileiro”... Aí, alguns: “A exigência é essa? Vamos fingir que estamos cumprindo”. E aí criaram empresas que faziam a documentação e a grande parte era feito para dar uma aparência. Os europeus se aproveitaram disso, vieram aqui e documentaram tudo isso e nos desmoralizaram. Onde que está o erro? Foi aceitar a imposição da forma como foi feita. Se alguém disser que nós temos que ir a pé daqui ao aeroporto e chegar em cinco minutos, nós não vamos cumprir, não é? Tem que dizer: “Cinco minutos eu não vou, não dá para ir”. Era o que tinha que ter sido feito: “Vamos discutir isso aí: o que dá para nós fazermos é isso aí, vocês querem comprar os nossos produtos? Isso aqui nós fazemos”. Mas não foi discutido assim, foi enfiado goela abaixo. De repente, assinaram lá. “Rastreabilidade”. “O que é rastreabilidade?”. Nós demoramos uns dois meses para entender aquilo.

M. G. – Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor. Voltando lá para trás um pouco. 1970 era mais boi no pasto, capim, sal... Quando é que começa a mudar? Quando é que o senhor identifica, assim, que a pecuária brasileira, de maneira geral, e aquela que o senhor fazia mudou, começou a dar um salto em termos de tecnologia, produtividade, que o mercado se anima mais? Tem algum momento específico?

A. B. – Olha, deixa eu ver se [inaudível]. Na década de 1980, a inseminação artificial já estava crescendo muito no Brasil e continua crescendo, a nutrição, a entrada das baquearias que foram importantes para solos mais pobres. Tudo isso na virada de 1970 para 1980. E alguns produtores viram que as suas propriedades estavam degradando. Consertaram, porque não era questão só de constatar: “Ah, porque quando tinha isso aqui que eu comprei tinha mil bois, agora não posso colocar mais do que setecentos, oitocentos”. O solo foi perdendo fertilidade. Aí o pessoal foi começando a conhecer técnicas de recuperação de pastagem. As universidades foram dando suporte. Veio a Embrapa que prestou um grande serviço à pecuária com novas técnicas. Eu acho que é a partir da década de 1980 que começa um boom de desenvolvimento. O governo começou a liberar mais créditos, do que... Até então, nas épocas anteriores, o agricultor tinha alguma coisa, ia ao banco do Brasil e tinha crédito, o pecuarista não.

M. G. – O senhor não tomava muito crédito?

A. B. – Não, porque em uma primeira fase nem existia. Depois, por exemplo, o Estado de São Paulo teve um banco de desenvolvimento que foi extinto, Badesp, que começou a lançar alguns programas de incentivo à pecuária. Nós chegamos a fazer dois projetos. Aí já começamos a adubar a pastagem que era inovador na época. Hoje eu acredito até que quem quiser continuar na pecuária e não usar algumas ferramentas tais como adubação de pastagem... Porque a intensificação não ocorre só você tomando uma medida, você tem que tomar uma série de medidas. Por exemplo, para que você tenha um desfrute maior da sua propriedade, você tem que recuperar esse solo e dar alguma coisa para a planta para que ela te devolva em produção de massa, para que isso se transforme em carne. Então, qual é o período que se consegue isso? É no período das águas, definido, mais ou menos, aqui na nossa região, de novembro até abril – quando você pode adubar que você tem retorno. Porém, de abril até novembro para encontrar o novo ano, tem o período das secas. As pastagens secam, a gente vê muito fogo, sai até na televisão aí: “Fogo em pastagem”. O capim seca, o animal sente e aí você tem que entrar com tecnologia também. Tem várias formas de se agir: você pode fazer pastejo diferido, você pode fazer confinamento – que é o caminho que eu acredito que nós vamos caminhar. O Brasil, por exemplo, o senhor perguntou, na década de 1970, 1980 não tinha confinamento. Hoje já se fala próximo de quatro milhões de cabeças. Já é próximo de 10% da produção de carne de bovinos que são abatidos por meio de confinamentos, acabamento em confinamento que é justamente no período das secas. Se você é um produtor que quer aplicar tecnologia e não tem condições de montar uma estrutura, já estão surgindo as terceirizações que são os conhecidos boitéis.

M. G. – E o que é isso?

A. B. – Boitel é o seguinte: eu tenho uma propriedade rural...

M. G. – Boitel? Um hotel para boi?

A. B. – Hotel para boi. Eu tenho uma propriedade e eu intensifico ela nas águas. Então choveu, eu jogo calcário, eu jogo adubo, eu aumento a capacidade de suporte. Chega a seca, os animais que eu não consegui levá-los ao abate, eu tenho que reduzir a carga animal espantosamente aqui, porque senão vão passar fome. Aí os animais que tiverem peso para serem acabados em confinamentos, ou o sujeito monta um confinamento na própria propriedade ou ele vai a um confinador e paga uma diária que é apelidada de boitel, mas é um

hotel para boi mesmo. Quando é a diária desse hotel de boi? Hoje gira ao redor de quatro e cinquenta, cinco reais por dia. Qual é o nível de nutrição que você vai dar para esse animal? Está prevendo um ganho de tanto, vou dar tanto. A minha ração... Tem uma forma de indicar lá o tanto de energia, de proteína. Aí o sujeito pega o animal dele, paga uma diária e quando o animal está pronto ele vende no frigorífico. Ele intensificou nas águas aqui, aliviou a fazenda dele na seca, terminou o animal em confinamento. Aí quando ele termina o animal lá em confinamento, volta as águas novamente que é exatamente esse mês que estamos. Aí ele vai vender para o frigorífico, pega aquele dinheiro, volta aqui, compra um animal jovem, coloca aqui de novo, compra a nutrição, compra adubo para jogar no pasto. Essa é a pecuária que eu acho que é para onde nós vamos caminhar.

M. G. – Vocês ficam, mais ou menos, quanto tempo com o boi antes de ir para o abate?

A. B. – O senhor pergunta no meu caso ou na pecuária?

M. G. – No seu caso.

A. B. – Eu, como compro animais jovens, não compro animais com... Vamos imaginar aí, eu persigo comprar o animal com dezoito meses. Quer dizer, até os dezoito meses alguém produziu esse animal. Eu compro ele com dezoito e ele vai morrer daqui doze meses, vai morrer com 30 meses. Mas ele pode ser um animal de catorze, tem tecnologia para isso. E quando é um ciclo fechado onde eu tenho minhas vacas, faço inseminação artificial, esse animal nasce na minha fazenda, hoje estão abatendo aí com, no máximo, dezoito meses de idade. Com uma qualidade da carne muito melhor e... Estamos conseguindo no Brasil eliminar o boi sanfona.

M. G. – [risos] O que é boi sanfona?

A. B. – Boi sanfona é o boi que engorda e emagrece, engorda e emagrece. Por quê? Porque o boi morria com cinco anos, então ele desmama da mãe antes de um ano. De menos de um ano até os cinco, por exemplo, ele vai passar quatro períodos de secas e conseqüentemente quatro período das águas. Então vai emagrecer e vai... Imagina um ser humano, um menino que passou fome. Aí você dá bastante comida para ele, ele cresce um pouquinho. Daí passa mais fome. O boi é isso, e foi apelidado de boi sanfona. Os americanos, por exemplo, eliminaram a recria do animal. O animal sai da desmama, quer dizer, quando ele deixa de mamar no peito

da vaca, logo em seguida ele faz decabamento - que é para onde eu acho que vai caminha a pecuária brasileira.

M. G. – Qual a diferença entre a pecuária brasileira e a argentina? Por que a carne argentina é tão melhor do que a nossa? A nossa está melhorando muito, mas a da argentina é muito boa, não é?

A. B. – Ainda é boa. Eles estão com problemas sérios lá, problema com política de governo.

M. G. – Mas vem melhorando de novo. O agronegócio argentino está se recuperando bastante.

A. B. – Bom, o pouco que eu sei – eu conheço a Argentina, mas não fui conhecer muito como se opera lá – é o seguinte, tem algumas coisas básicas: a fertilidade de solo da Argentina diz que é das melhores do mundo. Então, o animal tem oferta de alimentos, inclusive, culturas de inverno que nós aqui... No Rio Grande do Sul têm um pouco disso, eles plantam lá: azevém, mais outras culturas lá. [toque telefone] Solo e raça... Genética... Raças europeias, eles abatem uns animais mais jovens, eles conseguem abater mais jovem. Eu acho que essa diferença está diminuindo da carne argentina que realmente é muito boa.

M. G. – As churrascarias do Rio vendem carnes argentinas. [Tosse] [Inaudível] as pessoas gostam muito. É muito valorizada.

A. B. – E comer um churrasco em uma churrascaria argentina é pena a gente ter que afirmar que é muito boa, é melhor do que a nossa. Mas é melhor mesmo.

[PAUSA NA GRAVAÇÃO]

M. G. – Então, a gente estava falando da diferença...

A. B. – Eu atribuo ao clima, solo e às raças que eles trabalham. Ele dá acabamento ainda jovem e conseqüentemente a qualidade da carne é melhor.

M. G. – Antes da gente explorar um pouco mais esse período mais recente. O senhor falou dos anos 1980 como um momento importante... A virada dos anos 1970 para os anos 1980 como um momento importante, enfim, de melhoria da pecuária, melhor emprego de tecnologia. Mas meados dos anos 1980 foi um momento ruim também que foi a época do

Plano Cruzado. Os pecuaristas foram acusados de serem os grandes vilões na época e botavam a polícia federal voando de helicóptero para pegar o boi no pasto. A carne tinha sumido dos supermercados.

A. B. – Aquilo custou caro para o pecuarista, para o contribuinte brasileiro. Porque as pessoas que tiveram os seus animais eu diria quase que surrupiados, não é?

M. G. – Confiscados, não é?

A. B. – É, confiscados. Ganharam na justiça. Eu me lembro da família Lonardelli ganhou. Aqui em São Paulo quem fez isso foi o – ele era candidato a governador se não me engano – Orestes Quécia.

M. G. – Quécia?

A. B. – Foi um período difícil, não é? Na época da revolução também, lá atrás, houve isso, não é? Os militares... Eles eram mais sutis um pouco, eles requisitavam para mandar boi porque faltou carne e tal. Aquilo foi uma pena porque isso cria um certo desânimo, desestímulo, para a atividade, não é? Mas era o momento político. Eles tinham esse poder, vamos chamar assim, de tomar uma medida dessas e foi lamentável. No Plano Cruzado, o consumo aumentou muito e faltou animais, faltou produção e achavam que era o pecuarista que estava escondendo, as prefeituras obrigavam o sujeito a fornecer animais. Eu acredito que esse período... Espero que não volte mais não, não é?

M. G. – Eu acho que não volta mesmo.

A. B. – Eu também acho que não. Espero que não. Mas o que eu tenho na memória é que aquilo tirou o estímulo, porque no momento em que as coisas passam a ser resolvidas dessa forma vem a pergunta: “Bom, até onde isso pode ir, não é? Será que para aí? Será que pode ter...?”. Eu tenho lembranças não muito... Felizmente não fomos, nem eu e nem os meus irmãos...

M. G. – Vocês não tiveram problemas sérios, não tiveram?

A. B. – Não, não tivemos problema. Eu me lembro do Plano Cruzado... A prefeitura da cidadezinha lá, o prefeito perguntou se arrumava um caminhão de gado. “Arrumamos”.

Naquele momento não se sabia bem como é que as coisas iriam terminar, não é? Mas não tivemos muitos problemas. Agora, teve gente que teve... Assim, entraram em uma fazenda e carregaram quinhentos bois e mandar para o frigorífico.

M. G. – Nessa época é época que aparece o MST também. Problemas com MST vocês chegaram a ter, de ocupação de terras, essas coisas ou não?

A. B. – Não, naquela época não.

M. G. – Foi meados dos anos 1980.

A. B. – Nós não tivemos.

M. G. – E nem tinham medo de reforma agrária? Porque nessa época também se falava muito em reforma agrária, foi feito o Plano Nacional de Reforma Agrária...

A. B. – Tinha medo de ser vítima de uma invasão arbitrária sim. Tinha medo. Tinha preocupações muito sérias com isso.

M. G. – Alguns setores da agricultura contribuíram para as campanhas de determinados políticos que defendiam o seu ponto de vista na Constituinte, na Constituição de 1988. O senhor se lembra disso também? De algum tipo de mobilização de vocês para procurarem se defender contra essas mudanças, para de alguma forma influir no Congresso para que não adotassem medidas que pudessem ser contrárias, enfim, aos interesses de vocês? Na Frente Ampla da Agricultura Brasileira depois... mais adiante...

A. B. – Na elaboração da Constituição de 88... Só como uma observação, na minha opinião, muito malfeita, cheia de remendos. A Constituição americana tem nove artigos.

M. G. – A nossa tem uma infinidade.

A. B. – É uma Bíblia, não é? E já emendaram. Todo dia tem uma PEC nova aí, não é? Mas eu me lembro da mobilização. Eu fui, a convite da cooperativa da minha cidade, lá na cooperativa de canavieiros, eu fui à Brasília e justamente quando...

M. G. – O senhor era da cooperativa de...?

A. B. – Sou associado. Era e continuo associado. Cooperativa de canavieiros. O pessoal se mobilizou, nós fomos à Brasília. Houve até um confronto, entre aspas, do pessoal do MST com essa Frente da Agricultura. E eu me lembro de que naquele salão central, salão azul... Chamou-me muito atenção os líderes gaúchos que compareceram vestidos a caráter, homens e mulheres. Aparentemente aquilo parece que as pessoas queriam se mostrar, se exhibir, mas o que eu li daquilo foi o seguinte: “Não, eu sou um produtor rural. Eu estou aqui de bota, de bombacha...”- que é o que o identifica o homem do campo lá do Sul. E eles tiveram uma conduta de mostrar: “Estamos aqui, estamos presentes” nas votações lá que foram muito tensas. Mas os políticos se viram muito pressionados de ambos os lados. O senhor perguntou se eu me lembro de ter participado?

M. G. – Ou de ter presenciado algum tipo de mobilização.

A. B. – Sim, eu mesmo estive em Brasília. Fiquei dois dias lá que era exatamente quando tinha a votação desses artigos que diziam...

M. G. – O doutor Roberto também teve uma participação importante.

A. B. – Uma grande liderança.

M. G. – O Ney Bittencourt de Araújo...

A. B. – Ney Bittencourt, Doutor Roberto. Em Minas Gerais...

M. G. – O Alysson Paulinelli também.

A. B. – O Alysson Paulinelli. Os líderes da época... Estou querendo lembrar aí. Tem mais alguns que me fogem no momento. Tinha o líder gaúcho também...

M. G. – E a UDR, o senhor lembra da UDR? Ela tinha uma presença forte? Porque ela era muito forte entre os pecuaristas, não é?

A. B. – A UDR tinha uma presença forte. Mas, assim, que eu me lembre da época, com todo respeito pela iniciativa da UDR, eles foram um pouco pelo caminho da radicalização, do confronto – o que eu acho que acaba não levando [toque telefone] a bom termo, não é?. Mas eu acho que na época, foi importante para se contrapor. Vamos dizer...

M. G. – À radicalização do outro lado?



A. B. – Do outro lado. Porque não se tinha muita força. Então, como esses movimentos sociais... Nós vínhamos de um período de exceção dos militares, foi muito desmantelada as lideranças que não eram deste lado, não é? Então, a UDR tentou, vamos dizer: “Óh, estamos aqui. Estamos vivos aqui”. Eu me lembro de que depois o tempo foi passando e eles, corajosamente, até partiram para o confronto mesmo. Eu me lembro da questão de invasão de terras aqui no...

M. G. – No Pontal...

A. B. – Pontal do Paranapanema. E não escondiam. Agora, qual é a o perigo disso aí? É que a radicalização... Toda violência gera violência, e aí nós vamos praticar violência e não discutir os méritos, não é? Se eu tivesse que... Não que eu desaprovasse a UDR. Eu acho que era um movimento válido, porém se ele tivesse sido um pouco menos radical, eu acho que ele teria sobrevivido mais, se destacado mais. Mas, naquele momento foi importante.

M. G. – Como é que foi esse momento dos anos 1990, um pouco mais rápido por causa do nosso tempo, a abertura da economia, abertura para o mercado internacional. Para o pessoal da agricultura foi um momento importante, sobretudo o pessoal da cana. Porque até o final dos anos 1980 tinha o IAA que fazia a mediação, era o IAA que comerciava, enfim, fazia essa ponte. Aí acaba o IAA, os agricultores têm que ir para o mercado externo. Vão eles. Como é que foi para a pecuária esse momento da abertura da economia, mais, enfim, de internacionalização da economia brasileira?

A. B. – Eu acho que ele foi bom e se a gente pegar o crescimento do rebanho brasileiro mostra que a expansão... Quando é que aconteceu a grande expansão? Foi exatamente nesse período aí. Ele expandiu. Eu não tenho aqui de memória, mas isso é fácil de levantar. A expansão e o desfrute do rebanho brasileiro aumentaram muito nesse período. O que mostra que foi um período de... As pessoas correram atrás de melhorar seus rebanhos, aumentar o desfrute, aumentar o rebanho, abrir novas áreas, aplicar mais tecnologia no solo, no rebanho. Eu acho que foi importante.

M. G. – Vocês vendiam para fora? O grupo de vocês, a carne de vocês vai para o exterior também ou não?

A. B. – Não. Veja bem, nenhum pecuarista vende a carne diretamente. Eu sempre vendi, quase que predominantemente, para frigoríficos exportadores.

M. G. – Frigoríficos exportadores... Desde quando mais ou menos?

A. B. – Olha, deixa eu ver... Há mais de trinta anos. O frigorífico TMaia já exportava carne. O frigorífico TMaia foi daquele folclórico Tião Maia que até foi perseguido na época da revolução porque ele teve negócios de pecuária com João Goulart – são coisas distintas, não é? Mas aí com a derrubada do Jango, ele sócio do Jango, ele foi meio... Os militares andaram vasculhando a vida dele. Acho que vasculharam a vida dele para pegar o Jango, não é? Mas ele já exportava em 900 e...

M. G. – 60 e tantos.

A. B. – É. Eu cheguei a vender animais para o Tião. Na verdade, eu vendi para ele quando ele já estava na Austrália, mas ele tinha negócios aqui. Foi embora do país, porque eu acho que para se livrar de alguma...

M. G. – Ele andou falando em voltar, não foi?

A. B. – E ele voltou!

M. G. – Pois é.

A. B. – Ele morreu aqui em Araçatuba. Mas ele voltou. Ele voltou no fim da vida agora. Mas na década de 1970, o Tião Maia já exportava um pouco de gado.

M. G. – E exportava para onde?

A. B. – Eu acho que alguma coisa ia para Europa também. Aqui na América do Sul talvez pouca coisa. Eu não posso dizer exatamente assim para o senhor. Mas a grande exportação começou mesmo aí na década de 1990, não é?

F. H. – Mário, só um instantinho que...

M. G. – Fernando vai trocar e a gente vai fazer uns cinco minutinhos só mais...uns dez minutos...

A. C. B. – Seria interessante se ele falasse da participação do Maurício, que na década de 1990 ele se forma e passa a atuar nos negócios.

[FINAL DO ARQUIVO 2]

M. G. – Você quer perguntar, Ana? Então, a gente está na década de 1990, o seu filho então passa a ter uma presença maior nos negócios. Eu acho que é em 1991 que ele funda a Bellman também, não é isso?

A. B. – Ele se formou em 1989, 1990.

M. G. – Em Agronomia, não é? Engenharia Agrônômica?

A. B. – É, em agronomia.

M. G. – Pela Esalq?

A. B. – Pela Esalq. Ao mesmo tempo que fundou a Bellman, ele sempre participou da minha atividade, logo depois de formado. E ele me ajudou muito porque ele veio de uma universidade... Onde que ele conseguiu absorver um conhecimento muito bom nessa área e ele tem uma visão, meu filho tem uma visão, vamos dizer, social da atividade agropecuária que me ajudou bastante, sabe? Tipo, eu reclamava de dificuldade de mão de obra: “Pai, precisa treinar o pessoal”. Ele implantou uma série de procedimentos que a gente tem. Hoje nós já conseguimos ter algum incentivo para os funcionários em função de resultado, independente...

M. G. – Bônus? Vocês dão bônus?

A. B. – Sim, metas.

M. G. – Participação nos lucros?

A. B. – Nós não falamos em lucro, porque se perguntar para nós, eu sou pessoa física, eu tenho contabilidade, mas não é uma coisa absoluta. O que é lucro? Lucro é um negócio meio complicado. Nós falamos para o funcionário em resultado – que é aquilo que ele consegue enxergar e mensurar, tipo: quantos quilos ganhou um boi em um confinamento? Eles são

quem controlam, então eles têm.... E eles sabem: o que engorda o boi? É um conjunto de coisas, inclusive a qualidade do serviço que é prestado por eles mesmos. Então a gente tem um programa onde a gente cria um pequeno incentivo para que eles sintam que as melhorias trazem alguns benefícios para eles.

M. G. – Vale a pena vestir a camisa.

A. B. – Exatamente. Então o Maurício trouxe nessa área. Na área específica da nutrição, a empresa que ele montou, me ajuda muito porque nutrição... O que nós fazemos em matéria de nutrição? O que a Bellman recomenda, porque eu tenho que acreditar que aquilo que ele está fazendo tem qualidade. Então isso para mim é uma tranquilidade, porque eu não preciso ir ao mercado e procurar quem faz. Como a Bellman é uma empresa que tem se destacado aí em tecnologia, isso ajuda muito a minha empresa, que é dele também...

M. G. – A Bellman é sua também?

A. B. – Não.

M. G. – Só dele e do sócio, não é?

A.B. – Dele e do sócio. Todos eles são quatro sócios. Eu fiz duas exigências, eu queria participar quando ele foi iniciar. Precisou de um *start* aí. Eu falei: “Olha, duas coisas que não quero: eu não quero cargos e não quero participação acionária”. Por que não participação acionária? Porque normalmente ele seria um dos meus sucessores dos bens meus e da minha esposa, e não fazia nenhum sentido eu falar: “Põe no meu nome” porque...primeiro...

M. G. – Ia para ele de qualquer jeito.

A. B. – Em segundo lugar eu não queria cargos, porque... Eu fiz bem pensar assim. A Bellman tem vinte anos, eu acho estou com setenta dois anos, eu aí teria mais uma agenda de reuniões, teria que opinar sobre mais coisas. Você fica mais compromissado. Eu falei: “Olha, eu quero fazer o que estou fazendo até quando eu sentir que tenho condições de fazer, mas não quero assumir outras responsabilidades”. E também para deixar que ele tivesse voo próprio, não é? Se não fica aquela história do pai que está... Quando ele entende que o assunto da empresa dele... Tem que trocar ideias comigo aí nós sentamos, conversamos, eu

dou a minha opinião. Acompanho. Estou permanentemente em contato, mas eu não tenho participação nenhuma na empresa.

M. G. – Mas ele ajuda o senhor na gestão dos seus negócios?

A. B. – Ah sim, muito. E minha nora também trabalha comigo.

M. G. – Ela é também agrônoma ou não?

A. B. – Não, ela é administradora de empresas e hoje ela cuida da parte financeira. Problema dessas premiações, ela que controla esses programas. Final do ano quando tem os fechamentos para acompanhar os resultados...

M. G. – Tem certificação também na pecuária? Esse ISO sei lá das quantas tem essas coisas também na pecuária?

A. B. – Olha, praticamente não. Esses ISOs eu não conheço nada em pecuária. O que tem é um tal de EurepGap<sup>1</sup> que eu já cheguei a me habilitar, mas ele não...

M. G. – Que é para poder vender para a Europa, é isso?

A. B. – Não, é uma certificação de qualidade que facilita a venda dos animais, mas isso não traz retorno para o produtor. A única coisa que eu mantenho...

M. G. – Não agrega valor ao seu...

A. B. – Não agrega valor. A única coisa que eu mantenho, assim mesmo o resultado de agregação de valor é muito pequeno, é a certificação ERAS<sup>2</sup>, lista três.

M. G. – Que é...?

A. B. – Que é a propriedade que está habilitada para exportar para a Europa, é o Sisbov<sup>3</sup>. Para ser aprovado... Inicialmente você era aprovado só por um órgão do Ministério da Agricultura, hoje o Ministério da Agricultura encaminha para Bruxelas e você é aceito ou não aceito. Quer dizer, para que eu participe, para que eu tenha a certificação ERAS, eu tenho que está na lista que é autorizada por Bruxelas.

---

<sup>1</sup> European Retailers Produce Working Group (EurepGap).

<sup>2</sup> Estabelecimento Rural Aprovado Sisbov (ERAS).

<sup>3</sup> Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalino (Sisbov).

M. G. – Na cadeia da carne, o senhor está estritamente na pecuária mesmo?

A. B. – Pecuária de corte...

M. G. – Frigorífico o senhor tem participação?

A. B. – Não, não, nunca tive.

M. G. – É o senhor que abate ou não?

A. B. – Não, eu vendo para os frigoríficos. A minha operação encerra na porteira da fazenda.

M. G. – Então é só no espaço da fazenda que o senhor atua?

A. B. – Só na fazenda. Eu sou produtor rural. Existem algumas, eu falo experiências, mas alguns trabalhos aí, de grupos de produtores que se unem e montam um frigorífico. Quase que a totalidade não foram bem-sucedidos. Atualmente tem uma cooperativa no Paraná, mas também é nichozinho de mercado ainda, muito pequeno, essa vai indo muito bem. Mas normalmente não frutifica.

M. G. – O senhor acha que no seu negócio existe algum diferencial, em termos de gestão, para o que é o padrão na sua área? Porque quando nós começamos essa pesquisa, nós estamos entrevistando, enfim, empresários de diferentes ramos do agronegócio, foram entrevistados: doutor Fernando Balbo, doutor Lair...

A. C. B. – de Souza, do leite...

M. G. – Pecuária de leite e tal. E vamos falando com pessoas da laranja e tal. Antes da gente escolher as pessoas que nós íamos entrevistar, nós falamos com o doutor Roberto Rodrigues, que também é lá da FGV, e ele falou assim: “Hoje, o grande diferencial do agronegócio não é tanto o emprego da tecnologia, um monte de gente usa. É mais na gestão, a diferença é na gestão, esse é o grande diferencial”. Então ele pensou em nomes que fossem diferenciais de gestão e o nome do senhor veio em função disso. O que o senhor identifica, assim, na sua forma de gerir o seu negócio que seria um diferencial? Alguma coisa nova...?

A. B. – Talvez alguma generosidade do meu amigo, em primeiro lugar. [risos]

M. G. – Pode ter sido isto também [risos].

A.B. – Eu acho que está mais para isso. Veja bem, a participação do meu filho eu acho que pesa...

M. G. – A entrada dele fez uma diferença?

A. B. – Eu acho que faz uma diferença. Hoje, eu, embora não seja um grande pecuarista em volumes, tenho um escritório montado, todo informatizado, eu tenho um engenheiro agrônomo que vive no campo. As segundas feiras, despacha aqui com a gente e tal, mas ele vai para as fazendas, ele mora na fazenda durante a semana.

M. G. – Veterinário?

A. B. – Veterinário... No meu caso, o veterinário é terceirizado porque na minha atividade que é só recria e engorda, os problemas veterinários são muito poucos e pontuais, é como o sujeito que ficou doente e vai ao médico, não tem uma equipe médica à disposição. Se eu fosse um criador, eu talvez tivesse um veterinário...

M. G. – Teria questões de genética, não é?

A. B. – É, genética... E a própria nutrição. A vaca, que é a reprodutora, precisa de cuidados veterinários muito, muito, muito maiores do que um boi que depois que desmama da mãe, ele, se ele não se cortar, não pega bicho, não tem nenhum problema. O veterinário, que presta serviços para nós, faz o programa sanitário. Esse programa sanitário é rigorosamente cumprido. Na vacinação, cumprir a lei. Junto da vacinação, vermifugação. Nós fazemos quatro vermifugações por ano. Alternamos os princípios ativos dos vermífugos seguindo um calendário que o veterinário nos passa. Esse agrônomo, ele diz: “Olha, esse ano nós vamos adubar tantos hectares. Vamos ter que fazer correção do solo. A análise do solo está aqui. O ano passado aconteceu isso e isso. Foi pior... Foi melhor... Nós temos que plantar cana. Vamos plantar tal variedade de cana.”. Só através de ter um agrônomo que conheça o setor e um regime permanente para que faça isso.

M. G. – E responsabilidade social... Essas coisas? Porque o seu filho é do Partido Verde, não é?

A. B. – Agora do Partido Verde.

M. G. – Ele se filiou ao Partido Verde, não é?

A. B. – Sim.

M. G. – E aí, enfim, essa preocupação com ecologia, com...

A. B. – A dele é muito grande, até maior que a minha.

M. G. – Mas ele traz de alguma maneira?

A. B. – Sim, sim, perfeitamente. Só para o senhor ter uma ideia, alguns anos atrás eu arrendei uma área de terras para uma usina de açúcar e tive que arrancar cento e poucas árvores. Nós fomos ao órgão competente, que eles inteligentemente faziam, parece que estão voltando a fazer, são árvores esparsas - uma aqui, outra a duzentos metros de lá – que não têm efeito...

M. G. – O senhor foi ao Ibama? Órgão estadual?

A. B. – Fui a um órgão estadual. Fizemos um projeto, apresentamos para eles, eles vistoriaram, identificaram as espécies e eu replantei, eu acho que cinco ou sete mil árvores só naquele projeto. Agora, estão cercando as APPs aqui em São Paulo. Eu já estou com 70% cercada, o que é uma nova exigência de lei. Agora até no Código Florestal parece que vai permitir que o gado transite lá. Hoje, aliás, a última comissão está votando: a do meio ambiente, não é? Depois vai para o plenário, volta para a Câmara. Aí, se a Câmara não alterar o cenário, aí a presidente sanciona ou veta. Mas estou cercando as APPs. No Mato Grosso já tem a área de vinte por cento e aqui em São Paulo... Até independente do meu filho estar hoje no Partido Verde, nós estamos aguardando a aprovação do novo código. Que jeito que vai ser? Não sei, estou esperando. Aí eu vou entender a lei, vou ler a lei. Vai ter um prazo, não é? Eu li alguma coisa como dez anos para que seja cumprido.

M. G. - Para se adaptar.

A. B. – Porque eu acho que sendo alguma coisa exequível e tendo algum estímulo para que eu faça isso não tem porque não fazer. Agora, o meu filho tem uma visão sobre isso muito mais avançada do que a minha. Não que eu seja contra, não sei se eu consigo colocar bem. É nesse sentido que ele também me auxilia muito.

M. G. – Está ótimo. Infelizmente a gente vai ter que interromper...



A. B. – Eu fico à disposição de vocês.

M. G. – Vamos ver, não é? De repente ou possivelmente, em outro momento, nós voltamos a complementar, enfim, algum outro dia ou mais adiante...

A. B. – Se vocês... Veja bem, o que posso colocar para vocês é o seguinte: se algum momento o deslocamento vosso, três pessoas, o que sei que é mais difícil, for difícil, eu me coloco à disposição, porque para ir a São Paulo não tenho nenhuma dificuldade. Às vezes até vou abraçar o meu amigo lá que vejo tão pouco, se é que ele está no Brasil, não é?

M. G. – Ele está viajando muito Doutor Roberto.

A. B. – Esse nunca parou de viajar. [risos] Às vezes ele me telefona, eu pergunto: “Você ainda está na terra?”, “Estou aqui”, “Ah bom”. [risos]

[FINAL DE DEPOIMENTO]